ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍBA DO SUL - RJ

EDITAL Nº 01/2025

Concurso Público para

PROCURADOR LEGISLATIVO

MANHÃ

Caderno de Provas

- **Conhecimentos Específicos**
- **Português**

instituto brasileiro de administração municipal

http://www.ibam-concursos.org.br

Concurso Público nº 01/2025

Câmara Municipal de Paraíba do Sul - RJ

Ensino Superior Completo
Duração: 3 horas

Você recebeu o seguinte material:

- Um **caderno de prova**, contendo 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, numeradas sequencialmente, cada uma apresentando 4 (quatro) alternativas: **A, B, C** e **D**. As questões estão assim distribuídas: **01 a 30 - Conhecimentos Específicos; 31 a 40 - Português.**

- Um **cartão de respostas**.

Instruções

- Verifique se o seu nome e o seu número de inscrição estão corretos no cartão de respostas.

- Transcreva no espaço indicado no seu cartão-resposta em letra cursiva, de próprio punho, a seguinte frase:

Cheia de sol, luz e calor

- Verifique se o cargo que consta na capa da sua prova corresponde ao cargo para o qual sua inscrição foi efetivada.

Se houver erro, notifique o fiscal.

- Assine o cartão de respostas com caneta azul ou preta.

- Verifique se a impressão e a numeração das questões estão corretas.

Caso ocorra qualquer erro, notifique o fiscal.

- O caderno de provas pode ser utilizado para suas anotações.

- Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa que mais adequadamente responde a cada uma delas. Marque sua resposta no **cartão de respostas**, onde será efetuada a correção.

- O **cartão de respostas** não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado, nem conter qualquer registro além das respostas assinaladas, de sua assinatura e da frase transcrita.

- É obrigação da pessoa candidata entregar o cartão de respostas assinado. A assinatura deverá coincidir com a do documento de identidade apresentado ao fiscal, sob responsabilidade da pessoa candidata.

- O **cartão de respostas** não será substituído em hipótese alguma. **Exceto** quando for comprovado erro do fiscal na entrega do cartão.

- O **cartão de respostas** deve ser marcado com **caneta esferográfica azul ou preta** e o espaço correspondente à letra assinalada totalmente coberto, conforme o modelo abaixo:

Correto:

Outras formas de marcação, diferentes da que está determinada acima, **farão com que as questões sejam anuladas**. **Não use lápis ou lapiseira** no cartão de respostas antes de utilizar a caneta esferográfica, pois isto também anulará suas respostas. A leitora de marcas não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma letra.

Após o término da prova, entregue ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente preenchido e assinado e com a frase transcrita. **Nesse momento será coletada a sua impressão digital.**

Somente será permitido à pessoa candidata levar consigo o caderno de questões a partir dos 30 minutos anteriores ao término das provas.

Será de inteira responsabilidade da pessoa candidata o preenchimento correto do cartão-resposta, não cabendo aos organizadores eventuais erros ou omissões no preenchimento de todos os campos do cartão (assinatura, frase, impressão digital e respostas).

BOA PROVA!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

No Município X, a Câmara Municipal, incluindo o plenário da Câmara, os gabinetes dos Vereadores e todos os demais órgãos do Poder Legislativo, funciona em prédio que pertence ao patrimônio do Município. Esse bem imóvel pode ser classificado como:

A ( ) bem público de uso comum do povo.
B ( ) bem privado do Poder Legislativo.
C ( ) bem público de uso especial.
D ( ) bem público dominical.

Questão 02

Em uma contratação realizada por órgão público por preços unitários, um dos itens contratados foi orçado e contratado por preço expressivamente superior ao preço referencial de mercado. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, considerados esses fatos, apresenta-se uma hipótese de:

A ( ) desequilíbrio econômico-financeiro.
B ( ) superfaturamento.
C ( ) erro de medição.
D ( ) sobrepreço.

Questão 03

Nos processos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133/2021 serão desclassificadas as propostas que:

A ( ) contiverem vícios sanáveis.
B ( ) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital.
C ( ) apresentarem preços abaixo do orçamento estimado para a contratação.
D ( ) não tiverem sua exequibilidade demonstrada no momento da apresentação da proposta.

Questão 04

Tendo em vista a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do processo administrativo disciplinar, é correto afirmar:

A ( ) O controle judicial no processo administrativo disciplinar - PAD restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível intervenção judicial em caso de manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.
B ( ) O mandado de segurança é a via adequada para o exame da suficiência do conjunto fático-probatório constante do processo administrativo disciplinar.
C ( ) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar deve, sob pena de nulidade, conter a exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
D ( ) Na via do mandado de segurança, é possível valorar a congruência entre a conduta apurada e a capitulação da pena de demissão aplicada no processo administrativo disciplinar.

Questão 05

Servidor público do Município de Paraíba do Sul foi aposentado por invalidez. Contudo, após inspeção médica oficial, constatou-se que já não subsistiam os motivos ensejadores da aposentadoria. Nessa hipótese, considerando-se o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município, deverá ocorrer:

A ( ) a reversão do servidor ao mesmo cargo ocupado por ocasião da aposentadoria ou, se transformado, no cargo resultante da transformação; se provido o cargo, o servidor poderá exercer suas atribuições como excedente até a ocorrência de vaga.
B ( ) a recondução do servidor ao cargo anteriormente ocupado e, caso este cargo esteja provido, o servidor será colocado em disponibilidade.
C ( ) a reintegração do servidor ao cargo anteriormente ocupado e, na hipótese de encontrar-se provido o cargo, seu eventual ocupante será aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.
D ( ) aproveitamento do servidor colocado em disponibilidade no cargo anteriormente ocupado ou em cargo diverso cujas atribuições e vencimentos sejam compatíveis com o anteriormente ocupado.

Questão 06

João e Carlos causaram danos morais e materiais à ordem urbanística do Município Y. Nesse cenário, o Município:

A ( ) deverá comunicar os fatos ao Ministério Público para que este proponha ação civil pública em face dos causadores dos danos, uma vez que o ente público municipal não tem legitimidade para propor a referida ação.

B ( ) tem legitimidade para propor ação civil pública em face de João e Carlos com o fim de responsabilizá-los pelos danos morais e materiais causados.

C ( ) tem legitimidade para propor ação popular em face de João e Carlos com o fim de responsabilizá-los pelos danos morais e materiais causados;

D ( ) poderá propor mandado de segurança coletivo em face de João e Carlos com o fim de responsabilizá-los pelos danos morais e materiais causados.

Questão 07

Tendo em vista as disposições da Constituição Federal de 1988, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

A ( ) elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

B ( ) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água.

C ( ) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

D ( ) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

Questão 08

Um Prefeito Municipal enviou ao Poder Legislativo Municipal projeto de lei que restringe atividade de transporte individual cadastrado em aplicativo no âmbito do Município. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, é correto afirmar:

A ( ) A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é inconstitucional, por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência. No exercício de sua competência para regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal.

B ( ) A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é constitucional por atender ao princípio da Supremacia do interesse público. No exercício de sua competência para regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal podem complementar a legislação federal que rege a matéria.

C ( ) A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é inconstitucional, porque a matéria deve ser objeto de lei estadual. No exercício de sua competência para regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador estadual.

D ( ) A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é constitucional por atender ao princípio da isonomia e da valorização do trabalho. A matéria pode ser objeto de lei municipal. No exercício de sua competência para legislar sobre matérias de interesse local, os Municípios podem editar normas acerca da regulação do transporte público e privado de passageiros.

Questão 09

O Presidente da República enviou ao Congresso Nacional projeto de lei que instituía aumento de 10% dos vencimentos básicos de servidores públicos federais. Um parlamentar apresentou emenda ao projeto de lei majorando o aumento para 25% dos vencimentos básicos dos servidores públicos federais. Nesse cenário, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

CONTINUAÇÃO DA QUESTÃO 09

A ( ) A emenda parlamentar é constitucional. Não há reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para edição de normas que alterem o padrão remuneratório dos servidores públicos, consequentemente, não há inconstitucionalidade na emenda parlamentar apresentada.
B ( ) A emenda parlamentar é constitucional, embora haja reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para edição de normas que aumentem a remuneração de servidores públicos, podem ser apresentadas emendas parlamentares a projeto de lei do Chefe do Poder Executivo, desde que haja pertinência temática entre o projeto de lei e a emenda apresentada.
C ( ) A emenda parlamentar é inconstitucional. Há reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para edição de normas que alterem o padrão remuneratório dos servidores públicos. São formalmente inconstitucionais emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo.
D ( ) A emenda parlamentar é inconstitucional. Não há reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para edição de normas que alterem o padrão remuneratório dos servidores públicos. Contudo, quando o processo legislativo é iniciado pelo Chefe do Poder Executivo, são formalmente inconstitucionais emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo.

Questão 10

Com base em disposição da Constituição Federal acerca dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, é correto afirmar que:
A ( ) subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais devem ser fixados por lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal.
B ( ) subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais devem ser fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal.
C ( ) subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito devem ser fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal enquanto os subsídios dos Secretários Municipais devem ser fixados por lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.
D ( ) subsídio do Prefeito deve ser fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal enquanto os subsídios do Vice-Prefeito e Secretários Municipais devem ser fixados por lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Questão 11

Acerca dos limites com gasto de pessoal do Poder Legislativo Municipal, está correta a seguinte afirmativa:
A ( ) A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
B ( ) A Câmara Municipal não gastará mais de cinquenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores
C ( ) A Câmara Municipal não gastará mais de oitenta e cinco por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
D ( ) A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

Questão 12

De acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município de Paraíba do Sul, é vedado aos Vereadores do Município, desde a expedição do diploma:
A ( ) manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
B ( ) manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais, inclusive quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
C ( ) manter contrato com o Município e suas autarquias; a vedação não alcança contratos celebrados com empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais.
D ( ) manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações; a vedação não alcança contratos celebrados com empresas concessionárias de serviços públicos municipais independentemente de o contrato obedecer ou não a cláusulas uniformes.

Questão 13

Alexandre é proprietário de um pequeno imóvel localizado no centro da cidade de Paraíba do Sul. Quando adquiriu o terreno, havia apenas uma construção provisória e parcial de um prédio. Com o passar do tempo, ele não realizou nenhuma obra, de modo que, atualmente, o imóvel encontra-se em ruínas. Recentemente, Alexandre recebeu a cobrança do IPTU com a alíquota de 1%, correspondente à aplicada aos terrenos, sendo a alíquota para prédios é 0,5%.
Nesse contexto, com base no Código Tributário de Paraíba do Sul, é correto afirmar que:
A ( ) a cobrança de 1% está errada, pois se deve considerar a construção existente, aplicando-se a alíquota relativa aos prédios.
B ( ) apenas poderia ser considerada a alíquota de 0,5% caso a construção pudesse ser removida sem destruição ou alteração.
C ( ) a cobrança de 1% está correta, uma vez que construções provisórias ou em ruínas são consideradas terrenos sem edificação para fins de incidência do IPTU.
D ( ) a cobrança está equivocada, visto que apenas é considerado terreno sem edificação aqueles que possuírem construção interditada.

Questão 14

A Constituição Federal vigente dedica ao menos um Capítulo para tratar do Sistema Tributário Nacional e, dentre essas disposições, prevê que:
A ( ) dentre outros princípios, o Sistema Tributário Nacional deverá também observar os princípios da transparência, cooperação e da defesa do meio ambiente.
B ( ) cabe à lei complementar dispor sobre os conflitos de competência em matéria tributária apenas entre a União e os Estados.
C ( ) a União poderá instituir, mediante lei ordinária, empréstimos compulsórios em caso de investimento privado de caráter urgente e de relevante interesse nacional
D ( ) as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico incidem sobre as receitas decorrentes de exportação.

Questão 15

O tributo que **não** integra o Sistema Tributário do Município, de acordo com o Código Tributário do Município de Paraíba do Sul (Lei nº 2.182, de 20 de dezembro de 2000), é:
A ( ) Imposto sobre a Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis
B ( ) Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer bens ou direitos (ITD)
C ( ) Taxa de Fiscalização de Aparelho de Transporte
D ( ) Contribuição de Melhoria

Questão 16

Dentre as limitações do poder de tributar, **não** é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos:
A ( ) no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que o instituiu.
B ( ) exigir ou aumentar tributo sem lei previamente estabelecida.
C ( ) utilizar tributo com efeito de sanção e confisco.
D ( ) instituir imposto sobre a renda.

Questão 17

No que se refere à exclusão, extinção e suspensão do crédito tributário, é correto afirmar, com base no Código Tributário Nacional - CTN:
A ( ) O pagamento é hipótese de exclusão do crédito tributário.
B ( ) A prescrição é hipótese de extinção do crédito tributário.
C ( ) A transação é hipótese de suspensão do crédito tributário.
D ( ) A conversão do depósito em renda é hipótese de exclusão do crédito tributário.

Questão 18

Em relação ao instituto da moratória, considera-se correto afirmar que:
A ( ) somente pode ser concedida em caráter geral por despacho de autoridade administrativa.
B ( ) pode ser concedida em caráter individual através da pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo.
C ( ) a lei concessiva da moratória não pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região.
D ( ) a concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e pode ser revogada de ofício.

Questão 19

Em uma determinada ação em que a Fazenda Pública foi vencida, sobreveio sentença condenando-a ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência. Decorrido o prazo para pagamento, o advogado da parte vencedora requereu o cumprimento de sentença para cobrança desses honorários, deixando, contudo, de recolher custas processuais na distribuição. Nessa hipótese, conforme o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:
A ( ) o cumprimento de sentença não pode ser considerado iniciado diante da ausência de recolhimento das custas processuais.
B ( ) nos cumprimentos de sentença de honorários advocatícios, o advogado da parte vencedora está dispensado de adiantar as custas, cabendo ao executado, se vencido, o seu pagamento ao final.
C ( ) o adiantamento das custas processuais é responsabilidade da Fazenda Pública, já que figura como executada.
D ( ) o advogado deverá ser intimado para regularizar o recolhimento das custas, acrescidas de multa em razão do atraso.

Questão 20

A Sociedade ABCD ajuizou execução de título extrajudicial, consistente em termo de confissão de dívida, em face da Fazenda Pública. Citada, a Fazenda deixou transcorrer *in albis* o prazo para oferecimento de embargos à execução. Diante disso, segundo o Código de Processo Civil:
A ( ) deverá ser determinada a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente.
B ( ) o procurador da Fazenda deverá ser intimado pessoalmente para apresentar informações complementares.
C ( ) somente após o trânsito em julgado da decisão que reconheça a revelia da Fazenda Pública, será possível expedir precatório ou requisição de pequeno valor.
D ( ) o processo deverá ser remetido obrigatoriamente ao Tribunal, em sede de remessa necessária.

Questão 21

O advogado da parte autora apresentou petição inicial em juízo sem estar munido de procuração. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, afirma-se corretamente:
A ( ) O advogado pode praticar atos sem procuração, mas deve, independentemente de caução, juntar a procuração em quinze dias, prorrogáveis por igual período por despacho do juiz.
B ( ) O advogado não pode, em nenhuma hipótese, postular em juízo sem procuração, sob pena de nulidade absoluta dos atos.
C ( ) O advogado poderá atuar sem procuração apenas se prestar caução e comprovar situação de urgência, devendo ratificar os atos no prazo legal.
D ( ) O ato, mesmo não ratificado, será considerado válido relativamente àquele em cujo nome foi praticado.

Questão 22

O art. 3º da Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, Lei nº 12.187/2009, estabelece princípios e diretrizes para as ações de enfrentamento das alterações climáticas. Dentre as disposições, está previsto que:

CONTINUAÇÃO DA QUESTÃO 22

A ( ) a responsabilidade pelas ações de mitigação e adaptação recai exclusivamente sobre a União, sendo facultativa a cooperação de Estados e Municípios.
B ( ) o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, aplica-se ao cenário interno brasileiro, orientando a repartição de encargos entre cidadãos e setores produtivos.
C ( ) todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático.
D ( ) o desenvolvimento econômico deve prevalecer sobre a proteção ambiental, desde que assegure o crescimento das comunidades locais.

Questão 23

De acordo com o Código Florestal, Lei nº 12.651/2012, o termo que designa as áreas de solos hipersalinos situadas nas regiões entremarés superiores, inundadas apenas pelas marés de sizígias, que apresentam salinidade superior a 150 (cento e cinquenta) partes por 1.000 (mil), desprovidas de vegetação vascular, vem a ser:
A ( ) apicum
B ( ) restinga
C ( ) nascente
D ( ) olho d'água

Questão 24

De acordo com a Lei nº 11.105/2005, o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), órgão vinculado à Presidência da República, exerce competências relevantes na Política Nacional de Biossegurança. Entre essas competências, destaca-se:
A ( ) Autorizar, em primeira instância, a pesquisa de campo com organismos geneticamente modificados (OGM).
B ( ) Fixar princípios e diretrizes para a ação administrativa dos órgãos e entidades federais com competências sobre a matéria.
C ( ) Conceder registros sanitários para produtos derivados de organismos geneticamente modificados (OGM), com base na legislação de vigilância sanitária.
D ( ) Substituir a atuação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio na análise técnica de biossegurança, emitindo parecer científico conclusivo.

Questão 25

O Plano Diretor do Município de Paraíba do Sul (Lei nº 2.493/2006) estabelece princípios constitucionais fundamentais que orientam sua aplicação e interpretação.
Considerando tais princípios, **não** consta como norteador do referido Plano Diretor:
A ( ) a participação popular
B ( ) a igualdade e a justiça social
C ( ) o desenvolvimento sustentável
D ( ) a livre concorrência

Questão 26

A Lei nº 10.257/01, amplamente conhecida como "Estatuto da Cidade", regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição e, portanto, estabelece diversos instrumentos de política urbana, dentre eles, o Plano Diretor. No que se refere a este instituto, afirma-se corretamente:
A ( ) O Plano Diretor, por ser um instrumento de política urbana, engloba apenas as áreas urbanas da cidade, excluindo-se os espaços rurais do território do município.
B ( ) O Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes.
C ( ) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor.
D ( ) O Plano Diretor é obrigatório somente para as cidades de regiões metropolitanas.

Questão 27

O Plano Diretor do Município de Paraíba do Sul (Lei nº 2.493/2006) define as chamadas Zonas de Uso que, segundo o referido Plano, correspondem a:

A ( ) unidades do território municipal definidas pelo Plano Diretor, que estabelecem os tipos de atividades permitidas ou estimuladas, bem como regras de ocupação do solo, visando assegurar a função social da propriedade.
B ( ) áreas destinadas exclusivamente ao uso residencial, abrigando habitações unifamiliares e multifamiliares, com densidades demográfica e construtiva variadas, tipologias diferenciadas, níveis de ruído compatíveis com o uso residencial e vias de tráfego leve e local.
C ( ) setores do território voltados exclusivamente à proteção da fauna, flora e demais elementos naturais, com o objetivo de garantir a sustentabilidade e a preservação do patrimônio natural.
D ( ) parcelas do território municipal com características ou destinações específicas rurais, definindo normas próprias de uso e ocupação do solo e de edificações.

Questão 28

A Câmara Municipal possui diversas funções. A função que se refere especificamente ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores é a:

A ( ) legislativa.
B ( ) julgadora.
C ( ) de controle externo.
D ( ) de fiscalização financeira.

Questão 29

A Câmara Municipal possui uma Mesa Diretora composta por quatro membros. O Regimento Interno relaciona as atribuições de cada um desses membros.
Para o Presidente da Mesa Diretora está reservada a seguinte atribuição:

A ( ) organizar o expediente e a ordem do dia.
B ( ) encaminhar para publicação os trabalhos realizados.
C ( ) designar os membros das comissões especiais.
D ( ) fazer a inscrição dos oradores no uso da palavra livre.

Questão 30

O Regimento Interno contém dispositivo que identifica o órgão deliberativo da Câmara Municipal. Essa competência pertence:

A ( ) às Comissões Permanentes.
B ( ) à Mesa Diretora.
C ( ) às Comissões Especiais.
D ( ) ao Plenário.

PORTUGUÊS

Texto I

Retorno ao presencial pode estimular rotatividade ainda maior, aponta pesquisa

O processo de retorno do trabalho remoto ao regime presencial pode intensificar a já elevada rotatividade do mercado de trabalho brasileiro, e isso vale principalmente para as mulheres.

É o que mostra pesquisa feita pela empresa de recrutamento Robert Half em parceria com o Insper, que ouviu 1.432 profissionais de diferentes setores e níveis hierárquicos em empresas de todo o Brasil entre março e abril.

O levantamento mostra que 34% dos entrevistados, tanto homens como mulheres, têm intenção de sair do emprego, mesmo se os atuais arranjos de *home office* forem mantidos.

Os dados estão em linha com a já elevada rotatividade no mercado de trabalho. Números levantados pela consultoria LCA mostram que mais de um terço dos trabalhadores com carteira assinada mudaram de emprego nos últimos 12 meses [...]

É um cenário que mostra a insatisfação com a volta gradual ao presencial, aponta Mariana Horno, diretora da Robert Half.

"Os funcionários se acostumaram a ter flexibilidade no emprego, valorizando a sensação de bem-estar e saúde mental", afirma. "As pessoas acabam não entendendo a volta ao presencial, principalmente quando avaliam que não há perda de produtividade."

Esse panorama vale especialmente para as mulheres, segundo o levantamento. Enquanto 66% dos homens afirmaram que iriam querer sair do emprego se perderem parcialmente o trabalho remoto, o percentual é de 77% no caso delas.

Quando a pergunta é sobre qual seria a reação à perda total do trabalho remoto, 66% dos homens afirmam que teriam intenção de sair do emprego, contra 81% das mulheres.

"As mulheres sofrem mais com a falta de flexibilidade. Ainda existe uma sobrecarga feminina para questões domésticas, como a rotina com os filhos, além de questões de bem-estar e autocuidado", diz Horno.

A pesquisa perguntou ainda sobre as principais perdas enxergadas pelos trabalhadores em caso de volta total ao trabalho presencial. A maior parte apontou o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, com 83% das mulheres e 76% dos homens.

"Quando há um engessamento do modelo, ou seja, quando a empresa determina que o presencial aconteça em dias determinados, a insatisfação é maior. A reação não é somente em relação à quantidade de dias, mas também à liberdade de escolha", afirmou a diretora da Robert Half.

Em seguida, aparece a redução do estresse, com 81% das mulheres e 72% dos homens indicando essa como uma perda importante no caso da volta total ao presencial.

"Em um contexto no qual funções domésticas e de cuidado seguem recaindo principalmente sobre as mulheres, a flexibilidade tem sido fundamental para que elas consigam equilibrar as múltiplas demandas da vida pessoal e do trabalho", afirma Tatiana Iwai, professora e coordenadora do Centro de Estudos em Negócios do Insper.

Horno aponta que, de um ano e meio para cá, cresceu a pressão para redução do *home office* entre as empresas. "Ainda há muitas empresas com três dias no escritório e dois em casa, mas a maior parte das conversas vai no sentido de elevar esse número para quatro dias presencialmente", diz.

A diretora afirma que a disposição para reduzir o *home office* varia bastante de empresa para empresa. "Quando há medições mais precisas, que eventualmente mostrem que a produtividade não atende ao desejado, a tendência é que haja uma rigidez maior", avalia.

Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/09/retorno-ao-presencial-pode-estimular-rotatividade-ainda-maior-aponta-pesquisa.shtml. Adaptado.Acesso em 17/09/2025

Questão 31

O texto indica que o aumento da rotatividade no mercado de trabalho pode ser intensificado com o retorno do trabalho presencial. Considerando os dados apresentados no texto, é possível inferir que:

A ( ) a rotatividade no país aumentará independentemente das políticas de *home office* adotadas.
B ( ) homens e mulheres têm percepções idênticas sobre a perda de *home office*, tornando o gênero uma variável irrelevante na análise apresentada.
C ( ) o retorno total ao presencial é positivo para a produtividade das empresas, o que justificaria a alta rotatividade de profissionais nos cargos e funções.
D ( ) a perda de flexibilidade no trabalho é um fator que tende a aumentar a insatisfação e a intenção de desligamento, principalmente entre mulheres.

Questão 32

Ao mencionar que as empresas têm aumentado a pressão para reduzir *home office*, Horno indica que tal movimento ocorre:

A ( ) de modo variável, dependendo de medições de produtividade.
B ( ) sempre em direção ao retorno integral de cinco dias presenciais.
C ( ) apenas em setores de baixa escolaridade e funções operacionais.
D ( ) uniformemente em todas as empresas, independentemente de resultados.

Questão 33

A posição de Tatiana Iwai complementa a de Mariana Horno na medida em que:

A ( ) Mariana e Tatiana desconsideram a saúde mental das mulheres trabalhadoras.
B ( ) ambas demonstram que o trabalho remoto elimina a desigualdade de gênero no mercado.
C ( ) Tatiana fornece uma explicação estrutural (sobrecarga feminina) à constatação feita por Mariana (resistência à volta).
D ( ) ambas culpam exclusivamente os homens pela falta de divisão do trabalho doméstico, o que seria prejudicial às famílias em geral.

Questão 34

Considerando a progressão de ideias no texto, verifica-se que o desenvolvimento argumentativo se constrói, principalmente, pela:

A ( ) defesa da adoção integral do trabalho presencial, sem ressalvas.
B ( ) exposição de casos individuais de trabalhadores e relatos biográficos.
C ( ) apresentação de dados estatísticos seguida da opinião de especialistas.
D ( ) descrição de métodos científicos e fórmulas de cálculo de produtividade.

Questão 35

No título do texto ("Retorno ao presencial pode estimular rotatividade ainda maior, aponta pesquisa)**,** a vírgula foi empregada para:

A ( ) acrescentar uma explicação ou consequência, mas esse sinal de pontuação seria opcional nesse contexto.
B ( ) introduzir um aposto, ou seja, um elemento de explicação.
C ( ) separar orações coordenadas com sujeitos diferentes.
D ( ) indicar uma oração intercalada ou interferente

Questão 36

"O levantamento mostra que 34% dos entrevistados, tanto homens como mulheres, têm **intenção** de sair do emprego, mesmo se os atuais arranjos de *home office* forem mantidos" (3º parágrafo).

A palavra em destaque significa "propósito" ou "finalidade". Na língua portuguesa, registra-se também a palavra "intensão", que indica "aumento de tensão, de força ou de energia". As palavras "intenção" e "intensão" são pronunciadas da mesma forma, mas têm grafias diferentes. Logo, constituem um par de:

A ( ) sinônimos
B ( ) homônimos
C ( ) parônimos
D ( ) antônimos

Questão 37

"Números levantados pela consultoria LCA mostram que mais de um terço dos trabalhadores com carteira assinada **mudaram** de emprego nos últimos 12 meses" (4º parágrafo).

Se a forma verbal em destaque estivesse flexionada no futuro do pretérito, ter-se-ia a expressão de:

A ( ) uma hipótese ou suposição.
B ( ) um fato concreto e comprovado.

CONTINUAÇÃO DA QUESTÃO 37

C ( ) uma ação ocorrida em um passado muito distante.
D ( ) uma ação ocorrida em um passado não tão distante.

Questão 38

"É um cenário **que** mostra a insatisfação **com** a volta gradual ao presencial, aponta Mariana Horno, diretora da Robert Half" (5º parágrafo).

Nesse trecho, as duas palavras grifadas são, respectivamente, classificadas como:

A ( ) conjunção e preposição
B ( ) conjunção e conjunção
C ( ) pronome e conjunção
D ( ) pronome e preposição

Questão 39

No trecho "Esse panorama vale especialmente para as mulheres, **segundo** o levantamento. **Enquanto** 66% dos homens afirmaram que iriam querer sair do emprego se perderem parcialmente o trabalho remoto, o percentual é de 77% no caso delas" (7º parágrafo), os conectores em destaque cumprem, respectivamente, função de:

A ( ) enumeração e contraste comparativo
B ( ) conformidade e contraste comparativo
C ( ) enumeração e simultaneidade temporal
D ( ) conformidade e simultaneidade temporal

Questão 40

"Horno aponta que de um ano e meio para cá cresceu a pressão para redução do *home office* entre as empresas. 'Ainda há muitas empresas com três dias no escritório e dois em casa, mas a maior parte das conversas vai no sentido de elevar esse número para quatro dias presencialmente', diz" (14º parágrafo). Nesse trecho, a relação entre as duas frases é de:

A ( ) causa e efeito – a exigência de aumento da presença é fruto do crescimento da pressão.
B ( ) oposição – embora haja pressão, as empresas mantêm equilíbrio entre remoto e presencial.
C ( ) condicionalidade – se houver redução de dias presenciais, as empresas aumentarão o *home office*.
D ( ) adição – o primeiro enunciado enumera um fator, e o segundo indica outro, sem dependência lógica entre ambos.